



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO – DPE PE

PROVA DISCURSIVA TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **2 (duas)** questões discursivas e **1 (uma)** peça processual você receberá do fiscal de sala o caderno de textos definitivos;
- As questões discursivas deverão ser redigidas em até **15 (quinze)** linhas e a peça processual em até **120 (cento e vinte)** linhas.



TEMPO

- Você dispõe de **05:00 (cinco horas)** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação das folhas de textos definitivos;
- **3 (três) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de textos definitivos de resposta;
- A partir dos **60 (sessenta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de textos definitivos de resposta**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu **caderno de resposta** está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de texto definitivo;
- Para o preenchimento do **caderno de resposta**, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados nas folhas de textos definitivos;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em suas folhas de textos definitivos, o fiscal de sala deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento das suas folhas de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca das folhas de textos definitivos em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas nas folhas de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**

QUESTÃO 1 - DIREITO CONSTITUCIONAL

João, pessoa hipossuficiente residente na área urbana do Município *Alfa*, decidiu vender sua propriedade, que tem duzentos e cinquenta metros quadrados de terreno e uma casa de setenta metros quadrados. Ao verificar a situação dessa propriedade perante *Alfa*, tomou conhecimento de que constavam débitos do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, de competência municipal (Art. 156, inciso I, da CRFB/88).

Em relação ao tributo devido, sua base de cálculo leva em consideração a metragem do imóvel e a data de construção da casa, sendo o valor venal atualizado monetariamente a cada ano, observados os índices inflacionários oficiais, por decreto do Prefeito do Município *Alfa*, o que decorria de permissivo legal. Dois outros decretos, por sua vez, alteraram a data de vencimento desse imposto nos dois últimos exercícios financeiros.

Ainda é importante ressaltar que a área do Município *Alfa* surgira de desmembramento do Município *Beta*, o que se deu com a edição da Lei nº X/2005, editada pelo Estado *Sigma*, no qual ambos os municípios estão situados, sendo esse o único requisito então exigido pela Constituição Estadual. Esse mesmo diploma normativo havia assegurado àqueles que preenchessem certo requisito afeto à renda familiar, a exemplo de João, a isenção do imposto nos vinte anos subsequentes à criação de *Alfa*, o que não foi observado por este ente federativo. No entanto, foi informado a João que a brusca queda na arrecadação das receitas ordinárias constituía circunstância superveniente que autorizava a exação tributária em prol do interesse público.

Por ter dúvidas se esse tributo era realmente devido, ao que se somava a condição de hipossuficiente, João procurou o órgão de atuação da Defensoria Pública do Estado *Sigma* para que fosse analisada a conformidade constitucional dos distintos aspectos dessa narrativa.

Em relação à consulta formulada por João, posicione-se, de forma fundamentada, exclusivamente com base na interpretação da Constituição da República.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

QUESTÃO 2 - DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL

Luciana, 23 anos, mulher negra e moradora da periferia do Recife, procurou a Defensoria Pública do Estado de Pernambuco alguns meses após o nascimento do seu segundo filho, para relatar fatos ocorridos durante o parto e buscar orientação jurídica.

Contou que deu entrada na Clínica São Gabriel, estabelecimento de saúde privado de pequeno porte, onde foi atendida por diversos profissionais da equipe médica e que, durante o atendimento,

- (i) foi submetida a episiotomia (procedimento que consiste em um corte cirúrgico na região do períneo para ampliar o canal de parto) sem que fosse consultada ou informada previamente;
- (ii) lhe foi administrada ocitocina sintética para acelerar as contrações, apesar de sua recusa verbal; e
- (iii) foi amarrada à maca por "*não colaborar com o parto*."

Luciana afirmou que não foi informada dos nomes dos profissionais que a atenderam, e que os únicos documentos de que dispõe são os registros de sua internação. Relatou ainda que, desde o parto, passou a apresentar sintomas como insônia, ansiedade, sensação de humilhação e crises de choro, tendo procurado apoio psicológico no posto de saúde de sua comunidade, onde foi orientada a buscar orientação jurídica.

Manifestou, no entanto, temor de expor publicamente os fatos vivenciados, por considerar que se trata de experiência extremamente íntima e dolorosa.

Diante da situação hipotética narrada e das normas de Direito Material e Processual aplicáveis, atuando como Defensor(a) Público(a), **responda, de forma justificada e fundamentada em todos os dispositivos legais pertinentes, aos itens a seguir.**

- 1. Indique quem deverá responder pelos danos suportados por Luciana, bem como a natureza de eventual responsabilidade.**
- 2. Indique e justifique a qualificação jurídica da falta de consentimento informado no contexto narrado.**
- 3. Diante dos fatos narrados, é possível preservar a intimidade de Luciana em um eventual processo judicial? Justifique.**

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

PEÇA PRÁTICA PROCESSUAL – DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL

No dia 16 de maio de 2021, em Recife, PE, Dexter, primário e portador de bons antecedentes, nascido no dia 22 de outubro de 2000, Nino, com dezesseis anos de idade, e uma terceira pessoa não identificada, em comunhão de ações e desígnios e mediante grave ameaça, consistente no emprego de arma de fogo, adentraram em um ônibus e subtraíram os pertences de três diferentes vítimas, evadindo-se na sequência.

Em seguida, os ofendidos compareceram à Delegacia de Polícia, com o objetivo de registrar o ocorrido. Durante a formalização dos procedimentos, João, investigador de polícia, mostrou às vítimas, por meio do seu telefone celular, uma fotografia de Nino e Dexter, portando armas de fogo, durante uma festividade, extraída das redes sociais. Como os ofendidos reconheceram os dois como os autores dos crimes, a investigação foi contra eles direcionada. Em assim sendo, em 15 de junho de 2021, o Ministério Público do Estado de Pernambuco ofereceu denúncia em face de Dexter, imputando-lhe a prática dos crimes previstos no Art. 157, §2º, inciso II, e §2º-A, inciso I, três vezes, na forma do Art. 69, ambos do Código Penal, no Art. 288, parágrafo único, também do Código Penal e no Art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente, tudo nos termos do Art. 69 do Código Penal.

No dia 17 de junho de 2021, o Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca da Capital, PE, competente, recebeu a denúncia e decretou a prisão preventiva do acusado, sendo certo que o mandado de prisão foi cumprido, sem a apreensão de qualquer arma de fogo. Contudo, em razão do excesso de prazo para o encerramento da instrução processual, o Magistrado substituiu a prisão preventiva por medidas cautelares de natureza diversa da prisão.

No curso da instrução processual, observado o sistema presidencialista durante a inquirição, as três vítimas confirmaram o ocorrido e reconheceram o réu, na forma do Art. 226 do Código de Processo Penal. Registraram, ainda, que não se recordam se o acusado estava armado, mas que certamente ele colocou a mão na cintura, simulando o porte de artefato bélico. O policial civil João, por sua vez, confirmou o reconhecimento fotográfico realizado em sede policial, por meio da apresentação de uma única fotografia de Dexter e Nino. Por fim, ao ser interrogado, Dexter confirmou a subtração dos bens das vítimas, mas disse que não houve o emprego de arma de fogo. Ele teria, apenas, simulado estar armado, ao colocar as mãos na cintura. Aduziu, ainda, que conheceu o adolescente Nino na data dos fatos. Encerrada a instrução processual e, após requerimento do *Parquet*, o Juízo decretou a prisão preventiva de Dexter, em razão do descumprimento das medidas cautelares de natureza diversa da prisão. As partes não apresentaram requerimentos, tampouco demonstraram interesse na realização de diligências complementares. O Ministério Público, apresentou manifestação por escrito, tecendo suas considerações sobre as provas produzidas e ratificando integralmente os termos da denúncia. Em seguida, abriu-se vista à Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, que patrocina os interesses de Dexter em Juízo, para a sua manifestação.

Considerando apenas as informações expostas, na condição de defensor(a) público de Dexter, apresente a peça jurídica cabível, diferente do *habeas corpus* e dos embargos de declaração, expondo todas as teses pertinentes de Direito Material e Processual, observando-se a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

Aborde todas as questões explícita e implicitamente propostas, em sede preliminar e no mérito.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

Realização

